



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS A.8/E.3



**Processo nº:** 39.527/08

**Apenso nº:** 220.000.146/06 (3 volumes)

**Jurisditionada:** Secretaria de Estado do Esporte e Lazer do Distrito Federal – SEL/DF

**Assunto:** Tomada de Contas Especial – TCE

**Órgão Técnico:** Secretaria de Contas - SECONT

**MP:** Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

**Sessão:** Pauta nº 05, S.O. nº 4839, de 2.2.2016

**Publicação:** DODF nº 19, de 28.1.2016, pág. 49

**Ementa:** Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis irregularidades na concessão e aplicação de recursos transferidos pela SEL/DF para a contratação da Associação Gideão de Assistência - AGA visando ao fornecimento de alimentação no evento “*P-NORTE PARA CRISTO*”, no exercício de 2006. O CONTROLE INTERNO atestou a irregularidade das contas. NO TRIBUNAL, os PARECERES são DIVERGENTES. A Instrução sugere a devolução dos autos à Controladoria-Geral do DF. O **Parquet** opina pela citação dos responsáveis. VOTO pelo encerramento desta Tomada de Contas Especial em razão da ausência de prejuízo ao erário.

## RELATÓRIO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis irregularidades na concessão e aplicação de recursos transferidos pela SEL/DF (**R\$ 61.260,00**), para a contratação da Associação Gideão de Assistência - AGA visando ao fornecimento de alimentação no evento “*P-NORTE PARA CRISTO*”, no exercício de 2006 (fls. 1/25 do processo apenso).

2. Efetuadas as apurações devidas, a Comissão de TCE apontou um prejuízo no montante de R\$ 61.260,00 (**valor original**), decorrente da liberação e utilização indevida de recursos públicos em finalidade puramente religiosa. Pelo prejuízo constatado, foram responsabilizados a Associação Gideão de Assistência – AGA, o seu



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS A.8/E.3



representante legal à época dos fatos, Sr. Marcus Antonius Galdino da Silva, e, ainda, o Sr. Herbert William de Oliveira Félix, então Subsecretário de Apoio Operacional da Secretaria de Estado de Esporte do DF, conforme Relatório nº 333/11 - DIPES/SUTCE/STC (fls. 544/560 do processo apenso).

3. O Controle Interno emitiu o Certificado de Auditoria nº 227/14 - DISEG/CONAS/CONT/STC para considerar irregulares estas contas especiais (fl. 579 do processo apenso).

### MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO:

4. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 297/15 – SECONT/2ª DICONT (fls. 186/197), analisa a matéria, nos termos seguintes:

#### **“ANÁLISE DO CONTROLE EXTERNO**

*37. Os elementos que compõem os autos demonstram que o objeto da presente tomada de contas especial foi adequadamente apurado na fase interna. Isso porque restaram evidenciados os pressupostos necessários à responsabilização, quais sejam, a apuração dos fatos e a conduta dos envolvidos, a quantificação do dano e a indicação do nexo causal entre tais elementos.*

*38. Concordamos com o entendimento alcançado tanto pela Comissão de TCE quanto pelo Controle Interno. Isso nos levaria, em consequência, a propor ao Tribunal a citação dos responsáveis para apresentarem defesa quanto aos fatos tratados nos autos e, em caso de não procedência na análise das mesmas, se apresentadas, proposição de cientificação para recolhimento do débito.*

*39. Contudo, conforme visto no § 4º desta Informação, há ao menos dois processos correspondentes aos valores aplicados no evento em questão com ações de cobrança ajuizadas pela PGDF junto ao TJDFT, sendo que, para um deles, há, inclusive, sentença em primeira instância (fls. 179-185v).*

*40. A Portaria TCDF nº 307, de 09/06/2015, publicada no DODF de 15/06/2015, alterou para R\$ 75.000,00 o valor a partir do qual as tomadas de contas especiais deverão ser encaminhadas ao Tribunal, bem como autorizou a devolução aos respectivos jurisdicionados dos processos com valor inferior ao consignado, nos quais os responsáveis não tenham sido notificados até a data da publicação dessa Portaria.*

*41. Se considerarmos o valor original do prejuízo apurado pela*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS A.8/E.3

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.:39.527/08

Rubrica

*CTCE e pelo Controle Interno no apenso, ou seja, R\$ 61.260,00, ele encontra-se abaixo do novo valor de alçada referido no § anterior, e, assim, poderia ser devolvido para o processamento conforme art. 12 da Resolução TCDF nº 102/1998.*

*42. Verifica-se que, embora para o Processo nº 220.000.146/2006, apenso, o valor atualizado do débito chegue a R\$ 98.526,73, fl. 174, não se enquadrando no citado normativo, entendemos ser prudente sugerir que esses autos sejam devolvidos à Controladoria-Geral do Distrito Federal, para que seja buscado o ressarcimento do débito, adotando o rito sumário e econômico estabelecido no art. 12 da Resolução TCDF nº 102/1998 e informando o resultado no demonstrativo de que trata o art. 14 dessa mesma Resolução, como forma de se mitigar a possibilidade de divergências de posicionamento quanto a processos que tratam de recursos aplicados no mesmo evento, e com os mesmos responsáveis, conforme exposto nos §§ 4º e 39 desta Informação.*

*43. A outra apuração encaminhada ao Tribunal para julgamento (nº 220.000.144/2006, tratado no Processo TCDF nº 39.543/2008), embora o prejuízo correspondente, após atualizado, também tenha ultrapassado o novo valor de alçada, terá a mesma proposta de encaminhamento sugerida nestes autos, tendo em vista que se trata de recursos utilizados no evento “P-NORTE PARA CRISTO 2006 – O ANO DA COLHEITA”, liberados pela SEL/DF. Quanto ao tratado no Processo GDF nº 220.000.147/2006 – Processo TCDF nº 8.847/2009 –, o valor atualizado já ficou abaixo do novo valor de alçada.*

### CONCLUSÃO

*43. A presente TCE contempla satisfatoriamente o disposto na Resolução nº 102/1998. Os autos reúnem elementos de convicção suficientes para imputação de responsabilidade solidária pela devolução de recursos utilizados no pagamento pelo fornecimento de alimentação para uso no evento “P-NORTE PARA CRISTO 2006 – O ANO DA COLHEITA” à Associação Gideão de Assistência – AGA, ao agente público que contribuiu para a ocorrência das irregularidades, o Sr. Herbert William de Oliveira Félix, então Subsecretário de Apoio Operacional da SEL/DF, e ao Sr. Marcus Antonius Galdino da Silva, representante legal da referida associação, à época.*

*44. Isso nos levaria, pela análise ora desenvolvida, a propor ao Tribunal a citação dos responsáveis mencionados para apresentarem defesa quanto aos fatos tratados nos autos e, em caso de não procedência na análise das mesmas, se apresentadas, proposição de cientificação para recolhimento do débito.*

*45. Contudo, apesar de, para o Processo nº 220.000.146/2006, apenso, o valor atualizado do débito tenha chegado a R\$ 98.526,73, fl. 174, não se enquadrando na Portaria TCDF nº 307,*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS A.8/E.3

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.:39.527/08

Rubrica

*de 09/06/2015, publicada no DODF de 15/06/2015, a qual alterou para R\$ 75.000,00 o valor a partir do qual as tomadas de contas especiais deverão ser encaminhadas ao Tribunal, entendemos ser prudente sugerir que esses autos sejam devolvidos à Controladoria-Geral do Distrito Federal, para que se busque o ressarcimento do débito, adotando o rito sumário e econômico estabelecido no art. 12 da Resolução TCDF nº 102/1998 e informando o resultado no demonstrativo de que trata o art. 14 dessa mesma Resolução.*

*46. Tal medida visa mitigar a possibilidade de divergências de posicionamento quanto a processos que tratam de recursos aplicados no mesmo evento, e com os mesmos responsáveis, posto que, conforme visto no § 4º desta Informação, há ao menos dois processos correspondentes aos valores aplicados no evento em questão com ações de cobrança ajuizadas pela Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF junto ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF, e, para um deles há, inclusive, sentença em primeira instância, imputando a necessidade de devolução de valores pagos em decorrência do evento “P-NORTE PARA CRISTO 2006”, consoante visto às fls. 179-185v.”*

5. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal que:

*“I. tome conhecimento da presente tomada de contas especial, objeto do Processo nº 220.000.146/2006, apenso;*

*II. devolva o Processo apenso nº 220.000.146/2006 à Controladoria Geral do Distrito Federal para que se busque o ressarcimento do débito, observado o disposto nos arts. 12 e 14 da Resolução TCDF nº 102/1998;*

*III. autorize o retorno dos autos à SECONT para as providências pertinentes e posterior arquivamento.”*

### MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

6. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 764/15 (fls. 198/204), da lavra do Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA, diverge do encaminhamento proposto pela Unidade Técnica. Do mencionado Parecer, destaco o seguinte trecho:

*“21. De início, destaco que as ações de ressarcimento ao Erário, a teor da sedimentada jurisprudência das cc. Cortes de Contas4, são*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS A.8/E.3

Fls.: \_\_\_\_

Proc.:39.527/08

Rubrica

*imprescritíveis, o que permite, in casu, seja buscada a devolução atualizada dos valores indevidamente utilizados em decorrência do evento denominado “P Norte para Cristo”, realizado pela Associação Gideão de Assistência – AGA, em 2006, caso identificadas as irregularidades.*

*22. Consigno, também, que a apreciação da matéria atinente às irregularidades e aos possíveis danos causados ao Erário decorrentes do repasse de recursos à referida Associação – AGA não é nova no âmbito deste Parquet especializado e tampouco desta c. Corte de Contas.*

*23. Nesse sentido, a Representação n.º 32/2008-CF, que tramita nos autos do Processo n.º 32.980/2008 – TCDF, no qual, em face de irregularidades no repasse de recursos públicos feito pela então Empresa Brasiliense de Turismo – Brasiliatur para a realização do evento denominado “P Norte para Cristo – 2008”, ensejou, também, a instauração de procedimento especial de tomada de contas, ex-vi o processo n.º 371.000.168/2008.*

*24. Ademais, na forma que noticiou o Corpo Instrutivo, parágrafos 5 e 6 deste Parecer, nos autos Ação de Conhecimento proposta pelo Distrito Federal contra a AGA e outros<sup>5</sup>, o Poder Judiciário já teve a oportunidade de se pronunciar a respeito, mormente, levando-se em conta que as normas vedam a subvenção de evento religioso e impõem o dever de prestar contas encontram amparo na Constituição Federal. Ademais, nos termos da sentença proferida (fl. 185), nos referidos autos restaram claras e comprovadas as irregularidades apontadas pelo Distrito Federal, nos quais, destacou-se que não há sequer provas da realização do evento, restando comprovados os requisitos da obrigação de indenizar.*

*25. Dessa forma, no entendimento deste Órgão Ministerial a ilicitude do objeto para o qual foram requeridos e utilizados os recursos públicos da SEL/DF, subvenção religiosa, vedada nos termos do art. 19, I, da CRFB e do art. 18, I, da LODF, determina o ressarcimento ao Erário dos valores objeto da TCE em análise, ensejando, por isso, a citação dos responsáveis, em solidariedade, para apresentarem defesa quanto aos fatos tratados nos autos ou, se preferirem, recolherem o débito atualizado.*

*26. Nos termos do Código Civil, a solidariedade ocorre quando, na mesma obrigação, concorre pluralidade de credores, cada um com direito à dívida toda, ou pluralidade de devedores, cada um obrigado a ela por inteiro.*

*27. O Código Civil de 2002, ao tratar das modalidades das obrigações, estabelece, em seu art. 265 que, verbis:*

*“Art. 265. A solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes.”*





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS A.8/E.3

Fls.: \_\_\_\_

Proc.:39.527/08

Rubrica

28. Nesse sentido, a doutrina de Caio Mario da Silva Pereira<sup>6</sup> trata a matéria:

*“Originária da lei ou da convenção, para nós a solidariedade tem uma só natureza: uma obrigação com unidade objetiva (una eademque res), e, pois, não pode haver solução sem integridade de prestação, já que não pode o credor ser compelido a cindir a res debita, nem pode o devedor fracioná-la. Em qualquer caso, se há mais de um devedor com a obrigação de pagar a coisa devida por inteiro (totum et totaliter), ou se há vários credores com a faculdade de demandar a qualquer deles a prestação inteira e sem partilha, existe solidariedade, sem qualificações distintivas. (...) Daí resumimos as noções, dizendo que na obrigação solidária há uma só relação obrigacional, com pluralidade de sujeitos; esta unidade de vínculo concentra-se em um objeto, que é devido e exigível, só e uno, independentemente da pluralidade subjetiva.”*

29. Com efeito, todos os agentes que, de alguma forma, concorreram para a ocorrência das impropriedades devem responder solidariamente pelo valor devido. Logo, fixada a responsabilidade solidária, a cada um dos envolvidos deve ser imputado o valor total do débito. Essa a regra que exsurge da solidariedade. Segundo Maria Helena Diniz<sup>7</sup>, “cada devedor estará obrigado pelo débito todo, como se fosse o único devedor”; sendo a solidariedade “incompatível com o fracionamento do objeto da relação obrigacional”.

30. Nesse aspecto, relevante destacar que a LC distrital nº 1/1994 assevera, em seu art. 13, I, que o c. TCDF, ao verificar a irregularidade das contas, definirá a responsabilidade individual ou solidária pelo ato de gestão inquinado. Ademais, o art. 17, § 2º, da referida Lei, estabelece que esta e. Corte, ao julgar irregulares as contas, quando comprovado i) dano ao Erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico ou ii) desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, fixará a responsabilidade solidária do agente público que praticou o ato irregular e do terceiro que, como contratante ou parte interessada na prática do mesmo ato, de qualquer modo haja concorrido para o cometimento do dano apurado.

31. Dessarte, considerando o valor atualizado do débito, no montante de R\$ 98.526,73, divergindo do quanto proposto pelo Corpo Instrutivo, opino para que o presente processo prossiga no âmbito da e. Corte de Contas. Isto porque a norma estabelecida pelo art. 2º da citada Portaria nº 307/2015-TCDF somente autoriza a devolução aos jurisdicionados dos processos de TCE cujos valores sejam inferiores a R\$ 75.000,00.

32. Ainda oportuno destacar que nos autos do processo judicial nº



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS A.8/E.3



*2013.01.1.031878-2, foi proferida decisão interlocutória, por meio da qual o juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública solicitou à 7ª Vara de Fazenda Pública, por empréstimo, os autos da ação nº 2013.01.1.109143-2, na qual tramita as mesmas partes. Dessa forma, parece-me que devem convergir as decisões daquele e. TJDFT.*

*33. Ante o exposto, este Representante do Parquet especializado diverge das sugestões alvitadas pela Unidade Técnica e pugna para que o e. Plenário autorize a citação dos nominados no parágrafo 43 da Informação n.º 297/2015-SECONT/2ªDICONTE (fl. 196 dos presentes autos), para, no prazo de 30 dias, apresentarem defesa ou, se preferirem, recolherem o valor atualizado do débito.”*

É o Relatório.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS A.8/E.3

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.:39.527/08

Rubrica

### VOTO

7. Cuidam os autos da análise inicial da Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis irregularidades na concessão e aplicação de recursos transferidos pela SEL/DF (**R\$ 61.260,00**), para a contratação da Associação Gideão de Assistência - AGA visando ao fornecimento de alimentação no evento “*P-NORTE PARA CRISTO*”, no exercício de 2006 (fls. 1/25 do processo apenso).

8. Por meio do Relatório de Auditoria nº 129/07 (fls. 192/203 do processo apenso), o Controle Interno apontou diversas falhas na instrução de 7 (sete) processos, referentes à solicitação de recursos públicos por parte da AGA para aplicação no evento em comento, devido à descentralização de créditos, no valor total de R\$ 191.660,00, por parte da Secretaria de Estado de Cultura – SEC/DF para a SEL/DF (fl. 25 do processo apenso).

9. Dentre os processos mencionados pelo Controle Interno, 4 (quatro) foram encaminhados à Procuradoria-Geral do DF para ajuizamento de ação de cobrança<sup>1</sup> e 3 (três) foram encaminhados a esta Corte, sendo eles: 220.000.144/06 (processo TCDF nº 39.543/08<sup>2</sup>); **220.000.146/06 (processo TCDF nº 39.527/08)** e 220.000.147/06 (processo TCDF nº 8.847/09, cujo débito, ainda que atualizado, encontra-se abaixo do atual valor de alçada (R\$ 75.000,00)).

10. Da análise da documentação assentada nos autos do Processo nº **220.000.146/06**, o Corpo Técnico conclui pela devolução destes autos à Controladoria-Geral do Distrito Federal, para que se busque o ressarcimento do débito aos moldes dos artigos 12 e 14 da Resolução TCDF nº 102/98<sup>3</sup>, mitigando “*a possibilidade de divergências de posicionamento*”

<sup>1</sup> Trata-se dos autos com valores inferiores ao anterior valor de alçada (R\$ 25.000,00): Processos de nºs **220.000.139/06, 220.000.140/06, 220.000.143/06 e 220.000.145/06**.

<sup>2</sup> Última deliberação Plenária em 6.10.2015 (Decisão nº 4.490/15 – CMA) pelo encerramento da TCE.

<sup>3</sup> “Art. 12. Nas tomadas de contas cujo valor de apuração seja inferior à quantia fixada conforme o § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 1/94, o órgão ou entidade deverá se utilizar de procedimentos sumários e econômicos de apuração de responsabilidade, assegurando, em qualquer hipótese, direito de ampla defesa e de contraditório aos envolvidos, sendo indispensáveis os elementos listados nos incisos XII e XIII do art. 3º.

[...]

Art. 14. As disposições contidas nos arts. 8º a 11 não se aplicam às tomadas de contas especiais encerradas na forma do art. 13 e às de valores apurados inferiores à quantia fixada conforme o § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 1/94, as quais serão registradas em demonstrativo contendo as seguintes informações: I - identificação do órgão ou entidade e número do processo; II - nome, filiação e CPF ou CGC do responsável; III - identificação do objeto; IV - valor original do débito; V - data ou período da ocorrência; VI - data e forma da reparação do dano (reposição, ressarcimento, recuperação ou reaparecimento), ou a justificativa da não-regularização da situação e recuperação do prejuízo; VII - valor recolhido e critério de atualização, no caso de ressarcimento; VIII - indicação dos documentos comprobatórios da reparação do dano e regularização patrimonial.





TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS A.8/E.3



*quanto a processos que tratam de recursos aplicados no mesmo evento, e com os mesmos responsáveis”.*

11. No entendimento do Ministério Público junto ao Tribunal, a ilicitude do objeto para o qual foram requeridos e utilizados os recursos públicos, subvenção religiosa, vedada nos termos do art. 19, I, da CRFB e do art. 18, I, da LODF, determina o ressarcimento ao Erário dos valores objeto da TCE em análise, ensejando, por isso, a citação dos responsáveis.

12. Feito esse breve relato, passo à análise da matéria.

13. Quanto à preocupação da Unidade Instrutiva em mitigar “a possibilidade de divergências de posicionamento quanto a processos que tratam de recursos aplicados no mesmo evento”, observo que dentre os processos encaminhados à PGDF para ajuizamento de ação de cobrança, aquele de nº 220.000.140/06<sup>4</sup> (processo judicial nº 2013.01.1.109143-2) resultou no julgamento procedente do pedido do DF para condenar os réus<sup>5</sup> a pagarem, de forma solidária, a quantia de R\$ 12.647,76, atualizada, a título de ressarcimento ao Erário (fl. 185/185-v).

14. Dessa forma, já é de conhecimento desta Corte o posicionamento adotado pelo Poder Judiciário, o qual este Tribunal poderia considerar em sua análise, sem, entretanto, a ele se vincular.

15. Entretanto, penso não ser esse o encaminhamento mais adequando, razão pela qual discordo, inclusive, das audiências sugeridas pelo Ministério Público. Explico.

16. Posteriormente à realização do evento em apreço, buscando regularizar prática recorrente no âmbito distrital, foi publicada a Lei nº 4.876/12, dispondo sobre a colaboração de interesse público do DF com entidades previstas no art. 18, I, da Lei Orgânica do DF - LODF<sup>6</sup>.

17. Ato contínuo, o MPjTCDF formulou representação ao MPDFT

---

§ 1º O demonstrativo a que se refere este artigo, contendo as tomadas de contas especiais encerradas, instauradas ou em andamento no trimestre, deve ser anexado às respectivas Tomadas e Prestações de Contas Anuais.”

<sup>4</sup> Serviços de limpeza e conservação do Evento.

<sup>5</sup> a Associação Gideão de Assistência – AGA, o seu Presidente à época dos fatos, Sr. Marcus Antonius Galdino da Silva e o Sr. Herbert Willian de Oliveira Félix, então Subsecretário de Apoio Operacional da SEL/DF

<sup>6</sup> “Art. 18. É vedado ao Distrito Federal:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público; [...]”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS A.8/E.3



questionando expressamente a constitucionalidade da referida lei, a qual foi declarada inconstitucional em 25.6.2013, nos termos seguintes<sup>7</sup>:

*“Deve ser declarada inconstitucional Lei Distrital que **viola frontalmente a Lei Orgânica do Distrito Federal**, ao ampliar o conceito de interesse público, bem assim **ao possibilitar a concessão de subvenção a cultos religiosos ou igrejas pelo Poder Público, sem prévio procedimento licitatório**. Pedido de declaração de inconstitucionalidade julgado procedente.” (grifei)*

18. Entretanto, no Voto condutor da Decisão nº 4.490/15, proferida no Processo nº 39.543/08, também relacionado ao repasse para realização do evento "P-NORTE P/ CRISTO", o Conselheiro MANOEL DE ANDRADE registrou:

*“No ponto, registro que **o Tribunal tem acolhido o entendimento no sentido de que a concessão de auxílios a eventos promovidos por entidades religiosas encontra-se amparada na parte final do citado dispositivo**, que autoriza a “**colaboração de interesse público**”, a exemplo das Decisões 2378/14 e 3627/14.*

*Com base nos precedentes antes mencionados, **considero regular o repasse financeiro realizado em favor da Associação Gideão de Assistência – AGA**, tendo por objeto a contratação de bandas musicais para a atuação no evento “P-NORTE PARA CRISTO”*

*[...]*

*No meu sentir, documentação antes mencionada **indica com razoável certeza que o evento foi realizado**, assim como demonstra, em princípio, a regular aplicação dos recursos recebidos. Os argumentos em contrário tecidos pelo Controle Interno e pelo Órgão Ministerial não foram suficientes para afastar-me de tal conclusão.”*

19. Diante do exposto, sendo este o entendimento pacificado por esta Corte, **com o qual, ressalto, sempre comunguei**, entendo que a presente Tomada de Contas Especial pode ser encerrada com fundamento no art. 13, III, da Resolução n.º 102/98, uma vez que restou afastada qualquer hipótese de prejuízo aos cofres distritais.

Com estes esclarecimentos, lamentando divergir dos

<sup>7</sup> Disponível em: [http://www.tc.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id\\_norma=78208](http://www.tc.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=78208). Acesso em 28.9.2015



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS A.8/E.3



Pareceres, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento da presente Tomada de Contas Especial, objeto do Processo nº 220.000.146/06, do processo apenso;

II. considere encerrada a presente Tomada de Contas Especial, com fundamento no art. 13, inciso III, da Resolução TCDF n.º 102/98;

III. autorize:

a) a devolução do processo à origem;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas para fins de arquivamento.

Sala das Sessões, 2 de fevereiro de 2016.

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**Conselheiro - Relator**